

## EDITAL Nº 9/2025/MCOM - FUNTTEL

A Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico **NOTIFICA** a empresa **NTT DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **31.546.914/0001-86**, por estar em local incerto e não sabido, sobre a NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO nº 0105/2024/FUNTTEL, referente ao fiscal de 2020, emitida no processo administrativo fiscal nº 53115.023842/2024-94.

O LANÇAMENTO DE OFÍCIO refere-se à valor devido ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, em razão da inexistência do recolhimento, por ocasião do lançamento espontâneo, ou do não recolhimento. Assim, foi efetuado o lançamento de ofício do valor devido, consoante os arts. 149 e 150 do Código Tributário Nacional – CTN, acrescido de juros calculados mensalmente pela taxa Selic acumulada referente ao mês em que o pagamento deveria ter sido efetuado (cf. inciso I do art. 84 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, c/c art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995) e multa de ofício de 75% (inciso I do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996).

Fica a empresa ciente, portanto, de que deverá ser efetuado o pagamento do débito ou apresentar impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o disposto nos arts. 15 e 16 e inciso IV do §2º do art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. A impugnação deve ser protocolada exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, no Protocolo Digital do Funttel, por meio do link “PROTOCOLAR SOLICITAÇÕES JUNTO AO FUNTTEL” (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-solicitacoes-junto-ao-funttel>), disponível no canal de Serviços do Ministério das Comunicações, conforme orientações disponibilizadas na seção Orientações e Informações aos Contribuintes no sítio do Funttel: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/funttel>.

O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil com utilização da Guia de Recolhimento da União - GRU, com o código 14200-0; Unidade Gestora: 410007; Gestão 00001; Número de Referência: nº do processo indicado na tabela.

O não pagamento do(s) débito(s) ou o não conhecimento ou indeferimento da impugnação poderá levar à inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN (cf. § 2º do art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002) e a inscrição do(s) débito(s) em Dívida Ativa da União (art. 201 do CTN).

documento assinado eletronicamente  
**CRISTINA LETIELE BORGES FIGUEREDO OTSUKA**  
Coordenadora de Operação  
Matrícula: 2788442



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Letiele Borges Figueredo Otsuka**, Coordenadora de Operação - Matrícula nº **2788442**, em 17/01/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12193567** e o código CRC **1820487B**.